STF

(15/05/13)

TESE	EMENTA	PARADIGMA	TEMA
01	TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. Decretação de ofício. Ausência de intimação da Fazenda Pública. Matéria Infraconstitucional.	RE 583.747/RJ Repercussão Geral Inexistente	151
05	Previdenciário. Benefícios. Pensão por morte. Lei mais benéfica. Fonte de custeio.	RE 597.389/ SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado	165
07	Tributário. ICMS. Energia Elétrica. Creditamento por industrialização. Princípio da não cumulatividade tributária.	RE 588.954/SC Repercussão Geral Reconhecida	218
08	Capitalização mensal de juros - MP 2170/36-2001. Instituição financeira.	RE 592.377/RS Repercussão Geral Reconhecida	33
13	Tributário. IPTU. Alíquota diferenciada. Progressividade. EC 29/2000. Constitucionalidade.	RE 601.234/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado	155
14	Administrativo. Concurso público. Limite de idade previsto no edital. Autotutela da Administração Pública. Princípios da Isonomia, da Razoabilidade e da Legalidade. Teoria do fato consumado.	RE 600.885/RS Repercussão Geral Reconhecida Julgado	121
15	ADMINISTRATIVO. SUBTETO REMUNERATÓRIO. Subsistência dos subtetos salariais criados com base na redação original do art. 37, XI da CR, após as modificações implementadas pela EC 19/98.	RE 424.053/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado	282
23	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ATO ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA. REVOGAÇÃO. LIMITES. EFEITOS. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.	RE 636.553/RS Repercussão Geral Reconhecida	445

	PRAZO. ART. 54 LEI 9.784/99.		
25	Planos Econômicos. Expurgos inflacionários. Competência da Justiça Federal ou Estadual relativamente ao Plano Collor (art. 109, I da CFRB). Guarda de documentos por prazo superior a cinco anos. Ausência de obrigação legal (art. 5º, II, da CRFB). Aplicação retroativa do Código de Defesa do Consumidor. Ato jurídico perfeito (art. 5º, XXXVI da CRFB).	RE 591.797/SP Repercussão Geral Reconhecida RE 626.307/SP Repercussão Geral Reconhecida	265 264
26	Constitucional. Precatório. Execução Provisória de débitos da Fazenda Pública. Violação ao art. 100 da Constituição Federal.	RE 573.872/ RS Repercussão Geral Reconhecida	45
27	Constitucional. Direito à Saúde. Direito Intertemporal. Aplicação Retroativa de leis sobre planos de saúde. Lei nº 9656/90. Ato jurídico perfeito. Art. 5º, XXXVI da CF.	ARE 652.492/RS Repercussão Geral Reconhecida	123
31	Taxa de coleta, remoção e destinação de lixo. Base de cálculo. Localizaçao geográfica e metragem. Base do imposto. Requisitos de indivisibilidade e especificidade do serviço. Lei municipal de Campinas nº 6355/90. CF/88, art. 145, III.	RE 576.321 /SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado	146
32	Tributário. ICMS. Base de cálculo. Fornecimento de energia elétrica. Inclusão de valores pagos a título de demanda contratada (demanda de potência) na base de cálculo do ICMS.	RE 593.824/SC Repercussão Geral reconhecida	176
34	TRIBUTÁRIO. IPTU. TIP. TCLLP. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade dos tributos exigidos pelo fisco pronunciada incidenter tantum".	RE 592.321/RJ Repercussão Geral Inexistente	175
35	Processo Civil. Execução de Sentença. Precatório. Fracionamento. Sucumbência. Honorários Advocatícios.	RE 564.132/RS Repercussão Geral reconhecida	18
37	IPTU. Alíquota progressiva. EC 29/2000. Isonomia e capacidade contributiva. Lei municipal nº 10.250/2001-SP. Reserva de Plenário.	RE 586.693/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado	94

39	Previdência Privada. Contribuição. Saldo corrigido pelo IPC. Expurgos. Violação do art. 202 da CF. Verba a ser restituída a associados que se desligam de plano de previdência privada.	RE 582.504/RJ Repercussão Geral Inexistente	174
40	Constitucional. Gratuidade de Serviços Públicos de Transporte Coletivo. Passe livre. Portadores de Doença Crônica. Fonte de Custeio.	RE 601.100/RJ	
44	Processo Civil. Defensoria Pública representando litigante vencedor em demanda ajuizada contra o próprio Estado ao qual o referido órgão está vinculado. Honorários advocatícios. Condenação incabível.	RE 592.730/RS Repercussão Geral Inexistente	134
45	Penal. Progressão de regime em crime hediondo cometido antes da Lei 11464/07. Requisito temporal – 1/6 da pena.	RE 579.167/AC Repercussão Geral reconhecida	59
47	Constitucional. Processo Civil. Prazo para interposição de Embargos à Execução pela Fazenda Pública. Constitucionalidade do art. 4º da MP 2180-35/2001.	RE 590.871/RS Repercussão Geral reconhecida	137
49	Administrativo. Aprovação em concurso público dentro do limite de vagas previsto no edital. Direito à nomeação. Poder discricionário da Administração Pública.	RE 598.099/MS Repercussão Geral reconhecida Julgado	161
50	Tributário. Extinção do Credito Tributário. Prescrição. Constitucionalidade do Art.4º da LC 118/05. Repetição de Indébito.	RE 566.621/RS Repercussão Geral Reconhecida Julgado	4
52	Direito de greve. Jurisdição e competência. Lockout. Interdito proibitório.	RE 579.648/MG Repercussão Geral Reconhecida Julgado	74
53	Constitucional. Saúde. Medicamentos de alto custo. Fornecimento pelo poder público.	RE 566.471/RN Repercussão Geral reconhecida	6

55	Contribuição para custeio do serviço de iluminação publica. Art. 149-A da CF. Limites à competência dos Municípios e do DF. Principio da isonomia.	RE 573.675/SC Repercussão Geral Reconhecida Julgado	44
62	Telefonia. Cobrança de pulsos além da franquia. Competência da Justiça Estadual. Ilegitimidade passiva da Anatel.	RE 571.572/BA Julgado	17
63	Constitucional. Reserva de Plenário. Art. 97 da CF. Súmula vinculante 10.	RE 580.108/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado RE 585.702/ES Repercussão Geral reconhecida Julgado	93 93
64	Telefonia. Contrato de consumo. Assinatura básica mensal. Competência da Justiça Estadual.	RE 567.454/BA Repercussão Geral reconhecida Julgado	35
66	Constitucional. Processo Civil. Execução contra a Fazenda Pública. Precatório. Fracionamento. Litisconsórcio ativo facultativo. Créditos individualizados. Requisição de pequeno valor.	RE 568.645/SP Repercussão Geral reconhecida	148
80	Constitucional. Precatório. Juros de mora. Incidência durante o prazo previsto na Constituição para seu pagamento. Impossibilidade. Art. 100, § 1º da CF.	RE 591.085/MS Repercussão Geral reconhecida Julgado	147
82	Constitucional. Servidor Público. Salário base inferior ao salário mínimo – Possibilidade.	RE 582.019 /SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado	142
88	CIVIL. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA, POR PARTE DE ASSOCIAÇÃO, DE TAXAS DE MANUTENÇÃO E	RE 695.911/SP Repercussão Geral Reconhecida	492

	CONSERVAÇÃO DE LOTEAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO DE PROPRIETÁRIO NÃO ASSOCIADO.		
90	Administrativo. Servidor Público. Remuneração. Base de cálculo do adicional de insalubridade. Utilização do salário mínimo. Vedação de vinculação contida no art. 7º, IV da CRFB. Súmula vinculante nº 04.	RE 565.714/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado	25
91	Administrativo. Militar. Possibilidade de acumulação de dois cargos públicos na área de saúde. Cargo de enfermeiro militar com outro de mesma natureza no âmbito municipal.	RE 592.658/MG Repercussão Geral Inexistente	119
97	Penal. Valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal. Fixação da pena-base pelo juízo sentenciante. Ofensa aos arts. 5°, inc. XLVI, e 93, inc. IX, da CF. Princípio da individualização da pena. Réu primário e de bons antecedentes.	AI 742.460/RJ Repercussão Geral Inexistente	182
98	Penal. Posse de substância entorpecente para uso próprio. Atipicidade da conduta. Princípio da insignificância.	AI 747.522/RS Repercussão Geral Inexistente	183
99	Contrato de participação financeira e subscrição de ações de telefonia, com complementação dos títulos acionários. Apuração. Matéria infraconstitucional.	AI 729.263/RS Repercussão Geral Inexistente	178
102	Processual civil. Pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de Cortes diversas. Ausência de repercussão geral em questão constitucional. Matéria infraconstitucional.	RE 598.365/MG Repercussão Geral Inexistente	181
104	Empréstimo. Consignação em folha de pagamento autorizada pelo mutuário, no limite de 30% da remuneração. Dignidade da pessoa humana e proteção do salário face à ausência de interesse do recorrente no prosseguimento dos descontos.	RE 584.536/RS Repercussão Geral Inexistente	143
105	Processo Civil. Assistência judiciária gratuita. Pessoas jurídicas. Requisitos para concessão do benefício.	RE 589.490/MG Repercussão Geral Inexistente	103
108	Tributário. Possibilidade de cobrança de ICMS sobre a água. Serviço público essencial. Natureza jurídica. Serviço ou mercadoria.	RE 607.056/RJ Repercussão Geral reconhecida	326

		Julgado	
110	Processo Civil. Competência. Justiça do Trabalho. Ação de indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho.	RE 600.091/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado	242
111	Constitucional. Processo Civil. Sindicatos e Associações. Legitimidade para ajuizar ações, na qualidade de substitutos processuais. Desnecessidade de autorização do filiado. Art. 5º, XXI e XXXVI e art. 8º, III da Constituição Federal.	RE 573.232/SC Repercussão Geral reconhecida	82
112	Administrativo. Concurso Público. Exame psicotécnico.	AI 758.533/MG Repercussão Geral Reconhecida Julgado	338
113	Processo Civil. Execução não embargada. Honorários advocatícios. Execução contra a Fazenda Pública.	RE 599.903/RS Repercussão Geral Inexistente	186
116	Tributário. IPTU. Alíquota mínima.	RE 602.347/MG Repercussão Geral reconhecida	226
120	Consumidor. Danos morais. Danos materiais. Inscrição do nome nos cadastros de proteção ao crédito.	RE 602.136/RJ Repercussão Geral Inexistente	232
121	CIVIL. Juros de mora. 6% ao ano. Aplicabilidade imediata do art. 1º-F da Lei 9.494/97, mesmo às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	AI 842.063/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado	435
122	Direito Ambiental. Indenização por dano moral. (Cataguases de papel)	RE 602.238/RJ Repercussão Geral Inexistente	233
125	CONSUMIDOR. Responsabilidade civil de banco por danos decorrentes de indevida utilização de cartão de crédito. Matéria infraconstitucional.	AI 765.567/SP Repercussão Geral Inexistente	286

129	Consumidor. Prevalência do CDC sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica e sobre a Convenção de Varsóvia. Indenização por danos morais e materiais sofridos pelo consumidor e decorrentes do contrato de transporte aéreo. Imposição de limites pré-fixados.	RE 636.331/RJ Repercussão Geral reconhecida	210
130	Direito Civil. Indenização por danos morais e materiais.	RE 565.138/BA Repercussão Geral Inexistente	9
133	Prisão preventiva. Flagrante. Tráfico de drogas. Crime hediondo. Cabimento liberdade provisória sem fiança.	RE 601.384/RS Repercussão Geral reconhecida	192
134	Possibilidade de imposição dos efeitos próprios da sentença penal condenatória à transação penal prevista na Lei 9.099/95. Liberdade e propriedade. Princípio do devido processo legal, contraditório e presunção de inocência.	AI 762.146/PR Repercussão Geral reconhecida	187
135	Poder de investigação do Ministério Público.	RE 593.727/MG Repercussão Geral reconhecida	184
137	Restituição ICMS pago antecipadamente no regime de substituição tributária. Diferença entre a base de cálculo presumida e a base de cálculo real.	RE 593.849/MG Repercussão Geral reconhecida	201
138	Precatório. Juros de mora. Incidência no período compreendido entre a data de feitura do cálculo e a data da expedição da requisição de pequeno valor.	RE 579.431/RS Repercussão Geral reconhecida	96
140	Direito Administrativo. Servidor Público Civil. Sistema remuneratório e benefícios. Adicional de tempo de serviço. Interpretação do artigo 37, XIV da Cr 88, após a alteração feita pela EC 19/1998	RE 563.708/MS Repercussão Geral reconhecida Julgado	24
141	Concessão de gratuidade de justiça. Declaração de hipossuficiência. Presunção. Matéria infraconstitucional.	AI 759.421/RJ Repercussão Geral Inexistente	188

153	Previdenciário. Revisão da renda mensal inicial. Incidência do prazo de decadência instituído pelo artigo 103 da Lei 8.213/91 com redação dada pela Lei 9.528/97 aos benefícios concedidos em data anterior à sua vigência.	RE 626.489/SE Repercussão Geral reconhecida	313
159	Redução de ofício da multa fixada pelo juiz. Art. 461 § 6º do CPC.	RE 556.385/MS Repercussão Geral Inexistente	7
160	Tributário. IPTU. Base de cálculo. Majoração. Necessidade de edição de lei. Mapas de valores genéricos relativos aos valores de IPTU por meio de decreto. Atualização do valor venal.	RE 648.245/MG Repercussão Geral reconhecida	211
161	Tributário. ISS. Incidência sobre locação de bens móveis.	RE 626.706/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado	212
162	Tributário. ICMS. Inclusão do montante do imposto em sua própria base de cálculo. Princípio da vedação do bis in idem. Taxa SELIC. Aplicação para fins tributários. Inconstitucionalidade. Multa moratória estabelecida em 20% do valor do tributo. Natureza confiscatória.	RE 582.461/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado	214
163	Tributário. ICMS. INCIDÊNCIA. Alienação de salvados de sinistros.	RE 588.149/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado	216
164	Administrativo. Taxa de localização e funcionamento. Poder de polícia. Cobrança em razão da potencialidade da fiscalização.	RE 588.322/RO Repercussão Geral Reconhecida Julgado	217
165	Ação civil pública. Determinação do Poder Judiciário ao Poder Executivo para realização de obras em estabelecimento prisional. Poder discricionário da Administração. Políticas públicas. Dignidade da pessoa humana. Limites orçamentários.	RE 592.581/RS Repercussão Geral reconhecida	220
167	Administrativo. Exoneração de servidor público, ante a nulidade do concurso prestado. Ilegalidade. Alegação de exercício da autotutela do Município de Guapimirim. Violação	RE 594.296/MG Repercussão Geral reconhecida	138

	do art. 37 da CF. Ofensa à súmula 473/STF. Necessidade de instauração de processo administrativo individual sob o rito do devido processo legal e com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.	Julgado	
168	Administrativo. Responsabilidade Civil. Ato omissivo. Indenização. Revisão geral anual. Vencimentos do servidor público. Descumprimento do art. 37, X da CF.	RE 565.089/SP Repercussão Geral reconhecida	19
170	Depósito prévio como condição de admissibilidade de recurso na esfera administrativa. Inconstitucionalidade.	RE 601.235/SP (AI 698.626/QO) Repercussão Geral reconhecida Julgado	314
171	Administrativo. Servidor público inativo ou aposentado. Cobrança de férias acrescidas de 1/3 não gozadas por necessidade de serviço. Possibilidade. Caráter alimentar. Vedação ao enriquecimento sem causa da administração.	RE 570.908/RN Repercussão Geral Reconhecida Julgado	30
176	Processo Civil. Alienação fiduciária. Prisão civil do depositário infiel. Impossibilidade.	RE 562.051/MT Repercussão Geral Reconhecida Julgado	60
178	Precatório. Artigo 78 parágrafo 2º do ADCT. Aplicabilidade imediata. Compensação de precatórios com débitos tributários.	RE 566.349/MG Repercussão Geral reconhecida	111
179	Direito Administrativo. Anulação de ato administrativo cuja formalização tenha repercutido no campo de interesses individuais. Poder de autotutela da administração pública. Necessidade de instauração de procedimento administrativo sob o rito do devido processo legal e com obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa.	RE 594.296/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado	138
180	Direito do Trabalho. Concessão a beneficiários de plano de previdência privada complementar de vantagem outorgada a trabalhadores em atividade. Matéria infraconstitucional. Aposentadoria e Pensão. Complementação de aposentadoria/pensão.	RE 590.005/RS Repercussão Geral Inexistente	219

187	Penal. Circunstância judicial. Maus antecedentes. Artigo 59 do CP. Processos em curso. Presunção de não culpabilidade	RE 591.054/SC Repercussão Geral Reconhecida	129
194	PROCESSO CIVIL. COMPETÊNCIA DE JUIZADOS ESPECIAIS FACE À ALEGAÇÃO DE COMPLEXIDADE DA PROVA.	ARE 640.671/RS Repercussão Geral Inexistente	433
196	Constitucional. Previdenciário. Fixação da renda mensal inicial. Aposentadoria por invalidez precedida de auxílio doença. Apuração do salário de benefício. Art. 29 da Lei 8.213/91, com a redação conferida pela Lei 9.876/99. Aplicação a benefícios concedidos antes da respectiva vigência (29-11-1999).	RE 583.834/SC Repercussão Geral Reconhecida Julgado	88
201	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. Reenquadramento segundo plano de cargos e salários. Lei Complementar 162/95 do Município de Santos. Matéria infraconstitucional. Inexistência de repercussão geral.	RE 611.162/SP Repercussão Geral Inexistente	290
204	Tributário. ICMS. Majoração de alíquota. Vedação de vinculação da receita de impostos. Art. 167, IV da CF.	RE 585.535/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado	92
206	Constitucional. Processo Civil. Competência. Complementação de aposentadoria por entidade de previdência privada.	RE 586.453/SE Repercussão Geral reconhecida Julgado	190
207	Direito Processual Constitucional. Competência para julgamento de ação que envolve interesse peculiar da magistratura (correção de abono variável). Artigo 102, inciso I, ‘n” da CR/88.	RE 613.339/RJ	
209	Direito Tributário. ISS. Possibilidade da dedução da base de cálculo do ISS dos materiais empregados na construção civil.	RE 603.497/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado	247

212	Direito Processual Civil. Nulidade. Ausência de fundamentação. Artigo 93, IX da CF.	AI 791.292/PE Repercussão Geral Reconhecida Julgado	339
215	Constitucional. Tributário. Imunidade recíproca. Sociedade de Economia Mista. Entidades que prestam serviços de saúde. Hospitais. Ausência de exploração econômica. Configuração como entidade de interesse público.	RE 580.264/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado	115
220	DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO. NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS IMPOSTOS POR LEGISLAÇÃO ESTADUAL.	RE 633.244/CE Repercussão Geral Inexistente	375
221	Administrativo. Servidor Público. Direito de dependentes a pensão especial. Lei complementar Estadual nº 69/90. Direito de filha de ex-servidor, solteira e maior de 21 anos, receber pensão.	RE 610.220/RS Repercussão Geral Inexistente	271
226	PROCESSUAL CIVIL. Possibilidade de aplicação da multa por litigância de má fé nos casos de interposição de recurso com manifesto propósito protelatório.	RE 633.360/SP Repercussão Geral Inexistente	401
228	ICMS. Incidência. Após a emenda nº 33 de 2001. Importação por pessoas que não desenvolvem habitualmente o comércio.	RE 594.996/RS Repercussão Geral Reconhecida	171
231	Civil. Obrigações. Inadimplemento. Juros de mora legais/contratuais. Contratos celebrados antes da Emenda Constitucional nº 40/2003. Limitação de juros remuneratórios.	RE 582.650/BA Julgado	98
233	Administrativo. Servidor Público Civil. Sistema Remuneratório e Benefícios. Gratificações por Atividades Especificas. Isonomia/Equivalência Salarial. Extensão de vantagem aos inativos.	RE 572.052/RN Repercussão Geral Reconhecida Julgado	67
235	TRIBUTÁRIO. ICMS. Crédito tributário. Fato gerador. Incidência. Direito do Consumidor. Contratos de consumo. Fornecimento de energia elétrica.	RE 594.712/RS	

247	Constitucionalidade da cobrança de contribuição previdenciária sobre pensões e proventos de servidores militares inativos após a vigência da EC 20/98 e 41/03	RE 596.701/MG Repercussão Geral reconhecida	160
249	RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DE SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA.	RE 580.252/MS Repercussão Geral reconhecida	365
253	Processo Civil. Competência. Complexidade da demanda. Valor da causa. Juizado Especial Federal. Lei 10.259/01. Matéria infraconstitucional.	AI 768.339/SC Repercussão Geral Inexistente	213
254	Processo Civil. Autarquia Estadual. Taxa Judiciária. Isenção.	RE 594.116/SP Repercussão Geral Reconhecida	135
259	Retribuição Pecuniária. Áreas Públicas. Utilização. Constitucionalidade da cobrança de retribuição pecuniária.	RE 581.947/RO Repercussão Geral Reconhecida Julgado	261
261	Civil. Sistema Financeiro de habitação. Contrato de mútuo. Saldo devedor. Critério de reajuste. Questão infraconstitucional.	RE 579.073/DF Repercussão Geral Inexistente	200
262	Tributário. ICMS. Serviços de acesso a internet. Serviço de valor adicionado. Matéria de índole infraconstitucional.	RE 583.327/MG Repercussão Geral Inexistente	263
263	Tributário. Fundo de saúde. Devolução dos valores descontados. Termo inicial.	RE 586.620/RJ Repercussão Geral Inexistente	230
264	ADMINISTRATIVO. Constitucionalidade do subteto remuneratório criado pelo Estado na vigência da EC 41/2003, com base no subsídio do Governador e não no subsídio dos Desembargadores. EC 47/2005.	RE 576.336/RO Repercussão Geral Inexistente	81
265	Tributário. ICMS. Fato gerador. Incidência.	RE 540.829/SP Repercussão Geral Reconhecida	297

266	Tributário. Crédito tributário. Extinção. Prescrição. Interrupção.	RE 602.883/SP Repercussão Geral Inexistente I	288
267	Administrativo. Servidor público. Estado do Mato Grosso. Verba de incentivo de aprimoramento à docência. Possibilidade de extensão aos profissionais inativos.	RE 596.962/MT Repercussão Geral Reconhecida	156
269	Administrativo. Servidor Público. Desvio de função. Discussão acerca do direito à diferença de remuneração.	RE 578.657/RN Repercussão Geral Inexistente	73
270	Civil. Constitucionalidade do artigo 3º inciso VII da Lei 8.009/90 que autoriza a penhora sobre bem de família do fiador em contrato de locação mesmo após a EC 26/2000.	RE 612.360/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado	295
271	Constitucional. Administrativo. Concurso Público. Restrição a candidatos que respondem a processo criminal.	RE 560.900/DF Repercussão Geral Reconhecida	22
272	Tributário. ISS. Artigo 156 III da CF. Lista de serviços. Decreto-Lei nº 406/68 e LC 116/2003. Taxatividade. Existência de repercussão geral.	RE 635.548/PB Repercussão Geral Reconhecida	296
273	Constitucional. Servidor Público Federal. Regime previdenciário. Contribuição. Base de cálculo. Terço constitucional de férias. Gratificação natalina. Horas Extras. Caracterização dos valores como remuneração. Inclusão na base de cálculo do tributo.	RE 593.068/SC Repercussão Geral Reconhecida	163
274	Constitucional. Definição do tempo máximo de espera de clientes em instituições bancárias. Competência do município para legislar. Assunto de interesse local.	RE 610.221/SC Repercussão Geral Reconhecida Julgado	272
280	Tributário. ICMS. Incidente sobre operações de consumo de energia elétrica e telecomunicações. Percentual da alíquota. Constitucionalidade.	RE 593.824/SC Repercussão Geral Reconhecida	176

287	Tributário. ISS. Franquia. Fato gerador. Lei Complementar 116/2003.	RE 603.136/RJ Repercussão Geral Reconhecida	300
288	Administrativo. Servidor Público. Gratificação por atividade de magistério instituída pela Lei Complementar 977/2005 do Estado de São Paulo. Direito Intertemporal. Paridade Remuneratória entre servidores ativos e inativos que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003 e se aposentaram após a referida emenda.	RE 590.260/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado	139
289	Tributário. ICMS. Redução da base de cálculo. Aproveitamento dos créditos.	RE 635.688/RS Repercussão Geral Reconhecida	299
291	Administrativo. Servidor Público. Reajuste de remuneração e proventos. Princípio da isonomia. Súmula 339/STF.	RE 592.317/RJ Repercussão Geral Reconhecida	315
292	Administrativo. Servidor público ex-celetista. Transformação de licença - prêmio em pecúnia por forca de lei municipal. Constitucionalidade.	RE 599.491/RJ	
294	Tributário. Caixa de assistência de grupo profissional. Entidade beneficente. Extensão as operações de circulação de medicamentos. Incidência de ICMS.	RE 600.010/SP Repercussão Geral Reconhecida	254
295	Tributário. Expedição de precatório complementar. Necessidade de citação da fazenda pública.	RE 605.481/SP Repercussão Geral Reconhecida	266
296	Processo Civil. Execução. Inexigibilidade do título executivo judicial. Aplicabilidade no âmbito dos juizados especiais. Pensão por morte (Lei 9.032/95). Extensão do precedente aos casos com trânsito em julgado.	RE 586.068/PR Repercussão Geral Reconhecida	100
297	Direito Tributário. Empréstimo Compulsório. Energia elétrica.	AI 735.933/RS Repercussão Geral Inexistente	319
298	Direito administrativo. Concurso público. Edital. Exame de saúde e/ou aptidão física.	RE 630.733/DF Repercussão Geral Reconhecida	335

299	Previdenciário. Revisão de beneficio. Auxilio - acidente. Discussão sobre a possibilidade do beneficio ser inferior ao salário mínimo.	ARE 705.141/PR Repercussão Geral Inexistente	609
300	Tributário. Imunidade Recíproca. Aplicação e crédito tributário cuja sujeição passiva foi transferida à União por sucessão.	RE 599.176/PR Repercussão Geral Reconhecida	224
301	Tributário. Contribuições Sociais. Cobrança da contribuição para custeio da assistência médico hospitalar cobrada pelo IPSEMG.	RE 573.540/MG Repercussão Geral Reconhecida Julgado	55
302	Direito administrativo. Servidor Público Estadual. Gratificação Especial de técnico de nível superior. Gratificação instituída pela Lei do Estado do Rio Grande do Norte nº 6371/93. Matéria restrita ao plano de direito local.	AI 746.996/RN Repercussão Geral Inexistente	275
303	Processo Civil. Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública com o objetivo de compelir os entes federados a entregar medicamentos a pessoas necessitadas.	RE 605.533/MG Repercussão Geral Reconhecida	262
306	CONSTITUCIONAL. Militar. Possibilidade de acumulação com cargo de magistério. Art. 37, XVI, b, 42, §§ 1º e 3º, II e VII. Inexistência de repercussão geral.	RE 579.720/MG Repercussão Geral Inexistente	65
308	Processo Civil. Mandado de Segurança. Cabimento. Decisão liminar nos juizados especiais. Lei nº 9.099/95. Art. 5º LV da Constituição do Brasil. Princípio constitucional da ampla defesa. Ausência de violação.	RE 576.847/BA Repercussão Geral Reconhecida Julgado	77
310	Tributário. ISS. Incidência em contratos de arrendamento mercantil (leasing).	RE 592.905/SC Repercussão Geral reconhecida Julgado	125
312	Tributário. Possibilidade de cobrança do ICMS sobre serviço de habilitação de telefone celular. Aplicação dos efeitos da ausência de repercussão geral tendo em vista tratar-se de divergência solucionável pela aplicação da legislação federal.	RE 592.887/AC Repercussão Geral Inexistente	301

313	Administrativo. Servidor Público Estadual. Prêmio de incentivo à qualidade – PIQ. Extensão aos servidores inativos. Necessidade de exame da legislação infraconstitucional local. Súmula 280 do STF.	RE 627.637/SP Repercussão Geral Inexistente	316
314	Civil. Pessoas Jurídicas de Direito Privado prestadoras de serviço público. Responsabilidade objetiva em relação a terceiros usuários e não usuários do serviço.	RE 591.874/MS Repercussão Geral Reconhecida Julgado	130
315	Consórcio. Desistência do consorciado antes do encerramento do grupo. Devolução das parcelas pagas. Aplicação dos efeitos da ausência de repercussão geral tendo em vista tratar-se de divergência solucionável pela aplicação da legislação federal.	RE 628.914/PR Repercussão Geral Inexistente	332
316	Constitucional. Execução Extrajudicial. Sistema Financeiro de Habitação. Recepção do Decreto-Lei nº 70/66.	RE 627.106/PR Repercussão Geral Reconhecida	249
317	TRIBUTÁRIO. ICMS. Incidência sobre o ativo fixo. Crédito tributário. Creditamento.	RE 601.967/RS Repercussão Geral Reconhecida	346
318	PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. Regime de precatórios. Sociedade de economia mista. Art. 100 da CF. Alcance. Princípio da continuidade dos serviços públicos e aplicabilidade do regime de precatórios às entidades da Administração Indireta que prestam tais serviços.	RE 599.628/DF Repercussão Geral Reconhecida Julgado	253
319	Fornecimento de medicamentos. Possibilidade de bloqueio de verbas públicas para garantia. Ratificação da jurisprudência firmada pela Suprema Corte.	RE 607.582/RS Repercussão Geral Reconhecida Julgado	289
320	CONSTITUCIONAL. IPI. Crédito-prêmio. Extinção. Art. 41, § 1º do ADCT.	RE 577.302/RS Repercussão Geral Inexistente	63
321	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL CIVIL. ADICIONAL NOTURNO. REGIME DE PLANTÃO. Matéria restrita ao plano do direito local. Ausência de repercussão geral.	AI 783.172/MG Repercussão Geral Inexistente	276

322	CONSTITUCIONAL. Constitucionalidade do art. 38 da Lei 8.880/94 (que instituiu o Plano Real). Base de cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.	RE 595.107/PR Repercussão Geral Reconhecida	167
323	PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO ACIDENTE. Aplicação imediata da Lei 9.032/95 aos benefícios concedidos antes da sua vigência. Impossibilidade.	RE 613.033/SP Repercussão Geral Reconhecida Julgado	388
326	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÕES E BENEFÍCIOS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À FORMA DE CÁLCULO DE PARCELAS INCORPORADAS À REMUNERAÇÃO. Constitucionalidade do instituto da estabilidade financeira sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico.	RE 563.965/RN Repercussão Geral Reconhecida Julgado	41
327	CONSTITUCIONAL. Mandado de segurança. Pressupostos específicos de admissibilidade. Matéria infraconstitucional. Inexistência de repercussão geral.	AI 800.074/SP Repercussão Geral Inexistente	318
329	TRIBUTÁRIO. ICMS. Limitações ao poder de tributar. Imunidade. Entidade sem fins lucrativos.	RE 608.872/MG Repercussão Geral Reconhecida	342
330	PREVIDENCIÁRIO. Servidor Público Aposentado. Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº41/2003, mas falecido durante a sua vigência.	RE 603.580/RJ Repercussão Geral Reconhecida	396
337	TRIBUTÁRIO. Termo inicial dos juros moratórios nas ações de repetição do indébito tributário.	RE 596.492/RS Repercussão Geral Inexistente	243
338	TRIBUTÁRIO. Limitações ao poder de tributar. Imunidade. Livros. Jornais. Periódicos. Possibilidade de extensão a peças e componentes que acompanham a obra.	RE 595.676/RJ Repercussão Geral reconhecida	259
339	PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. É devida a devolução aos pensionistas e inativos de contribuição previdenciária indevidamente recolhida no período compreendido entre a vigência da Emenda Constitucional nº 20/98 e a publicação da Emenda	RE 580.871/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado	343

	Constitucional nº 41/2003.		
340	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/98 e a MP 2.225-48/01.	RE 638.115/CE Repercussão Geral Reconhecida	395
341	TRIBUTÁRIO. ISS. Competência para tributação. Local da prestação do serviço ou do estabelecimento do prestador do serviço. Matéria infraconstitucional. Repercussão geral rejeitada.	AI 790.283/DF Repercussão Geral Inexistente	287
342	CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. Aumento da contribuição em razão de ingresso em faixa etária diferenciada. Aplicação da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) a contrato firmado antes da sua vigência.	RE 630.852/RS Repercussão Geral reconhecida	381
344	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. CONVERSÃO EM URV. Inobservância da Lei Federal 8.880/94. Sistema Monetário. Competência privativa da União.	RE 561.836/RN Repercussão Geral Reconhecida	5
346	PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. TETO. Emenda Constitucional nº 20/98. Aplicação aos benefícios anteriormente concedidos.	RE 564.354/SE Repercussão Geral reconhecida Julgado	76
347	CIVIL. JUROS DE MORA. LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO. Contratos celebrados após a Emenda Constitucional nº 40/2003. Legislação infraconstitucional.	AI 804.209/MS Repercussão Geral Inexistente	310
350	ADMINISTRATIVO. Servidores públicos militares em atividade. Gratificações e adicionais. GEE. Isonomia. Extensão da vantagem aos ativos e inativos.	ARE 641.543/RJ Repercussão Geral Inexistente	428
354	PENAL. Fixação da pena abaixo do mínimo legal. Inadmissibilidade. Circunstância atenuante genérica não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.	RE 597.270/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado	158
355	CIVIL. Responsabilidade civil. Danos materiais e morais. Relações contratuais e extracontratuais.	ARE 640.525/SP Repercussão Geral Inexistente	417

357	PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. Sistema remuneratório e benefícios. Direito adquirido de servidores públicos estaduais aposentados à permanência em determinada classe, não obstante o advento da lei estadual que, ao promover a reclassificação de cargos, os reenquadra em classe inferior.	RE 606.199/PR Repercussão Geral reconhecida	439
358	CIVIL. Quantum indenizatório de condenação por danos morais e materiais decorrentes da relação entre concessionária de serviço público e consumidor.	AI 839.695/AM Repercussão Geral Inexistente	413
359	PREVIDENCIÁRIO. Servidor público. Contribuições sobre proventos de aposentadorias e pensões. Imunidade quando o beneficiário for portador de doença incapacitante. Auto-aplicabilidade do art. 40, § 21 da CR.	RE 630.137/RS Repercussão Geral reconhecida	317
360	ADMINISTRATIVO. Equiparação remuneratória entre procuradores autárquicos e procuradores estaduais.	RE 562.581/SP Repercussão Geral Inexistente	23
361	TRIBUTÁRIO. Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	ARE 638.550/RS Repercussão Geral reconhecida	415
363	TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. MUNICÍPIO. VALOR DIMINUTO. Impossibilidade de aplicação analógica da lei estadual que autoriza a não execução de débitos com valor diminuto. Impossibilidade de extinção sem mérito das ações de execução por falta de interesse.	RE 591.033/SP Repercussão Geral reconhecida Julgado	109
365	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. APOSENTADORIA PRIVADA. CLÁUSULA CONTRATUAL. COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO. ESTABELECIMENTO DE VALOR INFERIOR PARA MULHERES, EM RAZÃO DE SEU TEMPO MENOR DE CONTRIBUIÇÃO.	RE 639.138/RS Repercussão Geral reconhecida	452
366	PREVIDENCIÁRIO. Revisão de contrato celebrado com entidade fechada de previdência complementar. Equiparação do reajuste àqueles implementados pelo regime geral de previdência social.	ARE 642.137/MG Repercussão Geral Inexistente	466
367	TRIBUTÁRIO. IPTU. Alcance da imunidade tributária recíproca a imóvel público cedido à empresa privada,	RE 601.720/RJ Repercussão Geral	437

	exploradora de atividade econômica.	reconhecida	
368	TRIBUTÁRIO. Requisitos legais para enquadramento de pessoa jurídica como entidade beneficente de assistência social para fins de imunidade tributária. Art. 197, § 7º CR e 55 da Lei 8.212/91.	RE 642.442/RS Repercussão Geral Inexistente	459
369	PROCESSO CIVIL. Indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial. Suposta violação do contraditório e da ampla defesa.	ARE 639.228/RJ Repercussão Geral Inexistente	424
370	CONSUMIDOR. Concessionárias de serviços públicos. Dever de cumprir as obrigações contratuais, mesmo em área de risco à integridade física de seus funcionários.	AI 844.777/RJ Repercussão Geral Inexistente	419
372	Direito do consumidor à exibição de documentos. Tema infraconstitucional. Lei 8078/90.	ARE 643.085/SP Repercussão Geral Inexistente	458
374	CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR. Lei municipal que impõe sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro é incompatível com a Constituição.	ARE 639.496/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado	430
375	ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. Constitucionalidade de cláusulas (de barreira ou afunilamento) constantes de edital de concurso público, que estabelecem limitações com o intuito de selecionar apenas os candidatos melhor classificados para prosseguir no certame.	RE 635.739/AL Repercussão Geral reconhecida	376
377	ADMINISTRATIVO. TETO REMUNERATÓRIO. Direito adquirido do servidor público estadual aposentado ao recebimento das vantagens pessoais incorporadas anteriormente à modificação do art. 37, XI da CF pela EC 41/03.	RE 606.358/SP Repercussão Geral reconhecida	257
378	TRIBUTÁRIO. Restituição de valores descontados compulsoriamente a título de contribuição previdenciária declarada inconstitucional.	RE 633.329/RS Repercussão Geral Inexistente	407
379	CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. Manutenção de candidato investido em cargo público por força de	RE 608.482/RN Repercussão Geral	476

	decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado.	reconhecida	
381	CONSUMIDOR. Possibilidade de decisão judicial declarar a ilegalidade de cláusulas previstas em contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor.	ARE 640.713/PR Repercussão Geral Inexistente	461
386	PROCESSO PENAL. Possibilidade de trancamento da ação penal, em habeas corpus, por falta de justa causa, sem a submissão do acusado de crime doloso contra a vida ao Tribunal do Júri.	RE 593.443/SP Repercussão Geral reconhecida	154
387	CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. Incidência do teto remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	RE 609.381/GO Repercussão Geral reconhecida	480
388	PENAL. ALCANCE DO PRINCÍPIO DA AUTODEFESA FRENTE AO CRIME DE FALSA IDENTIDADE. Art. 307 do CP. Atribuição de falsa identidade com o fim de ocultar antecedentes criminais. Tipicidade.	RE 640.139/DF Repercussão Geral reconhecida Julgado	478
389	CONSTITUCIONAL. Sistema de reserva de vagas (cotas), como forma de ação afirmativa de inclusão social, estabelecido por universidade. Constitucionalidade.	RE 597.285/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado	203
390	ADMINISTRATIVO. Possibilidade de controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.	RE 632.853/CE Repercussão Geral reconhecida	485
391	CIVIL. JUROS REMUNERATÓRIOS. Aplicação do art. 1º da Lei de Usura, que limita a taxa de juros de 12 % ao ano, aos contratos bancários.	AI 844.474/MS Repercussão Geral Inexistente	421
394	ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO. Existência de efeitos trabalhistas além da contraprestação pelos dias trabalhados.	RE 705.140/RS Repercussão Geral reconhecida	308

395	CONSTITUCIONAL. Exigência da regra da Reserva De Plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.	RE 660.968/RS Repercussão Geral reconhecida	441
396	CIVIL E CONSTITUCIONAL. Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de novas condições de viabilidade de realização de exame de DNA. POSSIBILIDADE.	RE 363.889/DF Repercussão Geral reconhecida Julgado	392
397	CONSTITUCIONAL. Reserva de Lei Complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. Constitucionalidade do art. 40, § 4º da Lei 6.830/80.	RE 636.562/SC Repercussão Geral reconhecida	390
398	CONSTITUCIONAL. Alcance das sanções impostas pelo art. 37, §4º, da CF aos condenados por improbidade administrativa.	RE 656.558/SP Repercussão Geral reconhecida	309
403	CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. VEÍCULO AUTOMOTOR. Obrigatoriedade do registro do contrato em cartório de títulos e documentos, mesmo com a anotação no órgão de licenciamento. Constitucionalidade do art. 1361, § 1º do CC.	RE 611.639/RJ Repercussão Geral reconhecida	349
405	ADMINISTRATIVO. CUSTAS E EMOLUMENTOS JUDICIAIS. ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA ISENÇÃO DA TAXA JUDICIÁRIA, CUSTAS E EMOLUMENTOS CONCEDIDOS POR LEI ESTADUAL. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. SÚMULA 280 DO STF.	AI 826.496/RS Repercussão Geral Inexistente	389
406	ADMINISTRATIVO. Possibilidade de servidor portador de doença grave e incurável não especificada em lei receber proventos de aposentadoria de forma integral.	RE 656.860/MT Repercussão Geral reconhecida	524
407	ADMINISTRATIVO. Direito de servidor público à equiparação quanto ao enquadramento como beneficiário do regime público de previdência complementar instituído por lei estadual.	RE 585.392/SP Repercussão Geral Inexistente	229

410	TRIBUTÁRIO. IPTU. Possibilidade de aplicação de alíquotas diferenciadas para imóveis edificados e não edificados, residenciais e não residenciais antes da Emenda Constitucional 29/2000. Lei 691/84, com redação dada pela Lei 2.955/99.	RE 666.156/RJ Repercussão Geral reconhecida	523
413	PENAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela prescrição da pretensão punitiva, com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada (prescrição em perspectiva). Inadmissibilidade.	RE 602.527/RS Repercussão Geral reconhecida Julgado	239
418	PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. Possibilidade de desconstituição do título executivo judicial mediante aplicação do art. 741, II e parágrafo único do CPC.	RE 611.503/SP Repercussão Geral reconhecida	360
419	ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE TRABALHO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. FÉRIAS E INDENIZAÇÃO. REGRA MAIS BENÉFICA.	AI 776.522/RS Repercussão Geral Inexistente	250
421	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR INICIALMENTE REGIDO PELA CLT E POSTERIORMENTE SUBMETIDO AO REGIME ESTATUTÁRIO. SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES INSALUBRES. Direito adquirido à contagem especial do tempo de serviço prestado nessas condições, referente ao período celetista.	RE 612.358/ES Repercussão Geral reconhecida Julgado	293
422	ADMINISTRATIVO. RECEBIMENTO DA INTEGRALIDADE DA PENSÃO POR MORTE NO CASO DE LEI ESTADUAL ESTABELECENDO PERCENTUAL INFERIOR.	AI 730.341/PA Negado Provimento AI 762.264/RS Negado Provimento RE 602.056/PA	
423	PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. É incompatível com a Constituição o reconhecimento às entidades paraestatais dos privilégios processuais concedidos à Fazenda Pública em execução de pagamento de quantia em dinheiro.	AI 841.548/PR Repercussão Geral reconhecida Julgado	411

428	ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA DE GUARDA MUNICIPAL PARA LAVRAR AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO.	ARE 662.728/RJ Repercussão Geral reconhecida	472
429	TRIBUTÁRIO. Constitucionalidade da cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	RE 643.247/MG Repercussão Geral reconhecida	16
430	CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. Alcance da IMUNIDADE MATERIAL concedida aos vereadores por suas opiniões, palavras e votos. Obrigação de indenizar.	RE 600.063/SP Repercussão Geral reconhecida	469
431	CONSTITUCIONAL. DIREITO À SAÚDE. DEVER DO ESTADO DE FORNECER MEDICAMENTO NÃO REGISTRADO PELA ANVISA.	RE 657.718/MG Repercussão Geral reconhecida	500
434	TRIBUTÁRIO. ICMS. Lei Complementar 122/2006. Ao adiar a possibilidade de aproveitamento dos créditos de ICMS para 1º de janeiro de 2011, está, ou não, sujeita à aplicação do prazo nonagesimal.	RE 603.917/SC Repercussão Geral reconhecida	382
435	TRIBUTÁRIO. Reconhecimento de imunidade tributária recíproca à sociedade de economia mista ocupante de bem público.	RE 594.015/SP Repercussão Geral reconhecida	385
437	TRIBUTÁRIO. ICMS. Cobrança antecipada de ICMS, por meio de decreto, no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação. Ofensa ao princípio da reserva legal, relativamente à diferença entre a alíquota interna do Estado de destino e a alíquota interestadual. Art. 150, §7º e 155, §2º, VII e VIII da CF.	RE 598.677/RS Repercussão Geral reconhecida	456
444	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. POSSIBILIDADE DE DESCONTO NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS DIAS NÃO TRABALHADOS EM VIRTUDE DE GREVE, ANTE A FALTA	RE 693.456/RJ Repercussão Geral reconhecida	531

	DE NORMA REGULAMENTADORA.		
445	PENAL. TIPICIDADE DO PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL. Compatibilidade, ou não, do art. 28 da Lei 11.343/06 com os princípios da intimidade e da vida privada.	RE 635.659/SP Repercussão Geral reconhecida	506
446	CIVIL e PREVIDENCIÁRIO. Discussão sobre a possibilidade de reconhecimento de efeitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada (concubinato de longa duração). Artigos 201, V e 226, §3º, da Constituição da República.	RE 669.465/ES Repercussão Geral reconhecida	526
447	TRIBUTÁRIO. ICMS incidente sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização. Discussão sobre a titularidade (sujeito ativo) do crédito tributário. Art. 155, §2º, IX, a, da Constituição da República.	ARE 665.134/MG Repercussão Geral reconhecida	520
449	PROCESSO CIVIL. CABIMENTO DE APELAÇÃO EM CASO DE EXECUÇÃO FISCAL COM VALOR INFERIOR A 50 ORTN.	ARE 637.975/MG Repercussão Geral reconhecida Julgado	408
453	PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas relativas ao restabelecimento de benefícios previdenciários decorrentes de acidente de trabalho.	RE 638.483/PB Repercussão Geral reconhecida Julgado	414
454	TRIBUTÁRIO. Possibilidade de prosseguimento de execução fiscal lastreada em Certidão de Dívida Ativa supostamente ilíquida (por cobrar, dentre outros, taxa declarada inconstitucional pelo STF).	AI 846.803/SP Repercussão Geral Inexistente	460
455	TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. EXTENSÃO. Empresas públicas prestadoras de serviços	ARE 638.315/BA Repercussão Geral	412

	públicos. POSSIBILIDADE. É compatível com a Constituição a extensão da imunidade tributária recíproca à INFRAERO, na qualidade de empresa pública prestadora de serviço público.	reconhecida Julgado	
465	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. Possibilidade de processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	ARE 683.235/PA Repercussão Geral reconhecida	576
466	TRIBUTÁRIO. IMPOSTO A INCIDIR EM OPERAÇÕES MISTAS REALIZADAS POR FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO (ISS ou ICMS).	RE 605.552/RS Repercussão Geral reconhecida	379
474	CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL por danos morais e materiais decorrentes da negativa de cobertura por operadora de plano de saúde.	ARE 697.312/BA Repercussão Geral Inexistente	611
475	CIVIL. CONSUMIDOR. Pagamento de mensalidades de instituições privadas de ensino superior de forma proporcional à quantidade de disciplinas cursadas. Autonomia universitária. Princípio da defesa do consumidor.	RE 641.005/PE Repercussão Geral reconhecida	547
480	CIVIL. Direito à indenização por danos morais decorrente da demora no atendimento bancário.	ARE 687.876/RJ Repercussão Geral Inexistente	623
481	CIVIL. Cobrança de tarifas e taxas acessórias, vinculadas a contratos bancários (“de abertura de crédito”, “de retorno”, “de emissão de boleto”, “de cadastro”).	ARE 675.505/RJ Repercussão Geral Inexistente	614
482	ADMINISTRATIVO. Definição do indexador do adicional de insalubridade dos servidores públicos em relação ao salário mínimo, ao vencimento básico ou à remuneração, bem como a definição do indexador, por meio de título executivo judicial, ante a omissão legislativa em fixar a base de cálculo.	Portaria STF 138/09 (*)	

483	PREVIDENCIÁRIO. Possibilidade ou não de incidência do regulamento de previdência complementar privada vigente à época da concessão a aposentadoria, em preterição ao regulamento vigente à época da adesão ao referido plano, considerando-se a proteção constitucional ao ato jurídico perfeito.	Portaria STF 138/09 (*)	
484	CONSTITUCIONAL. NATUREZA DO CONTROLE EXTERNO EXERCIDO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS EM RELAÇÃO A ATOS ADMINISTRATIVOS DOS MUNICÍPIOS.	RE 576.920/RS Repercussão Geral reconhecida	47
492	ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. Possibilidade ou não de extensão de direitos concedidos aos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	ARE 646.000/MG Repercussão Geral reconhecida	551
493	PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. Discussão acerca da caracterização ou não de excesso de execução decorrente de erro de cálculo em processo que trata do direito às diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários de plano econômico.	ARE 690.819/SP Repercussão Geral Inexistente	587
494	CIVIL. CONSTITUCIONAL. Responsabilidade civil objetiva do Estado por morte de detento.	ARE 638.467/RS Repercussão Geral reconhecida	592
499	CIVIL. FAZENDA PÚBLICA. Concurso Público. Habilitação específica para o cargo. Não atendimento. Qualificação superior à exigida pelo edital.	ARE 690.113/RS Repercussão Geral Inexistente	567
503	Conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária – impossibilidade de fruição – vedação ao enriquecimento sem causa pela Administração. Extensão a outros direitos de natureza remuneratória não usufruídos (licença – prêmio).	ARE 721.001/RJ Repercussão Geral reconhecida Julgado	635

506	Tributário – obrigação acessória – “multa isolada” por descumprimento – caráter confiscatório ou não.	RE 640.452/RO Repercussão Geral reconhecida	487
508	Fornecimento de medicamento – solidariedade entre os entes públicos.	RE 0174167-42.2010.8.19.0001	
510	Imunidade tributaria em relação ao imposto de importação para entidades que executam atividades fundadas em preceitos religiosos.	RE 630.790/SP Repercussão Geral reconhecida	336
514	Responsabilidade civil – dever da empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	ARE 660.861/MG Repercussão Geral reconhecida	533
515	Natureza jurídica de verbas rescisórias para fins de incidência do imposto de renda.	AI 705.941/SP Repercussão Geral Inexistente	236
516	Processo Civil e Constitucional. Ação Civil Pública – Legitimidade da Defensoria Pública para ajuizar ação em defesa de interesses difusos – Constitucionalidade da Lei 11.448/07 que lhe concedeu legitimidade.	RE 733.433/MG Repercussão Geral reconhecida	607
519	Acumulação da aposentadoria por invalidez com o beneficio suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.397/76, incorporado pela normatização do atual auxilio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva.	RE 687.813/RS Repercussão Geral reconhecida	599
520	Constitucional. Execução de titulo judicial contra a Fazenda Pública - Expedição de precatório referente à parte incontroversa - art. 100, § 4º da CF.	RE 614.819/DF Repercussão Geral reconhecida	028
524	Direito Tributário – Incidência de ISS sobre atividades desenvolvidas pelas operadoras de plano de saúde –	RE 651.703/PR Repercussão Geral	581

	Receitas oriundas das mensalidades pagas pelos beneficiários dos planos – Lei Complementar 116/2003.	reconhecida	
529	Tributário – Delimitação da base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) devido pela prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	ARE 699.362/RS Repercussão Geral Inexistente	641

(*) Observação: Nas teses em que conste como paradigma "Portaria 138 do STF", deve-se consultar o item "Representativos da controvérsia" na página do STF na Internet. Em relação às matérias ali relacionadas, já foram encaminhados ao Supremo vários recursos representativos da controvérsia, nos termos do art. 543-B, § 1º, do Código de Processo Civil, o que permite o imediato sobrestamento dos recursos que versem sobre o mesmo tema ali constante nos tribunais e turmas recursais de origem.